

---

# DROGAS, MEDICALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO – Conquistas e ampliação dos espaços de discussão, ensino e pesquisa.

*Maria de Lourdes da Silva  
Beatriz Brandão  
Tiago Magalhães Ribeiro*

A Revista Teias vem a público, com o presente dossiê, apresentando diferentes problematizações acerca dos usos das drogas na sociedade contemporânea. Em comum, os artigos aqui reunidos oferecem abordagens onde a educação é abarcada enquanto dimensão intrínseca às relações interpessoais e à vida social, o que coloca as experiências com as drogas como parte essencial dos processos de socialização e integração cultural. Tal condição, resultado da antiga e diversificada convivência das sociedades humanas com essas substâncias, aponta para o entendimento de que o nosso cotidiano é mediado por interações permanentes com estas, ainda que não nos apercebamos disto. Desde a “droga-alimento” (CARNEIRO, 2003) às substâncias hoje ilícitas, a ação psicoativa desse conjunto é precisamente o que qualifica seu uso em rituais místicos-religiosos, lúdicos ou produtivos e criativos, por exemplo, por serem uma fonte de satisfação e prazer que potencializa o projeto humano de felicidade.

Consideramos que o mais relevante neste conjunto de autores e possibilidades de tratamento às drogas pela ótica das ciências humanas seja o deslocamento da temática do tradicional campo de discussão reservado às ciências jurídicas e médicas. Aqui, temos uma amostra do que tem sido discutido e produzido como conhecimento recente no campo das humanidades no diálogo com a educação. As mudanças em curso do paradigma científico e na ressignificação dos estudos das humanidades e de seus objetos, orientados pela resistência à separação entre sujeito e objeto e pela preferência à “compreensão do mundo à manipulação do mundo” (SOUZA SANTOS, 2010, p. 70-1), onde natureza e homem se religam pela essencialidade da matéria que os constitui, tornaram este diálogo possível. Por essa perspectiva, toda a natureza é humana e, condicionando as formas de existir do homem, instala as drogas como parte constitutiva do universo relacional humano, forjado pelas condições de existência deliberadas pelas ações humanas. Ato político em curso e determinado a recuperar formas amistosas de convivências com as drogas necessita questionamento

---

dos padrões culturais vigentes e proposições para renegociação dos valores éticos que norteiam a vida em sociedade.

Das formas harmoniosas de coexistência do homem com as substâncias psicoativas às belicosas, instauradas no último século, o inegável são os modos de ensino-aprendizado mediados por elas, nos quais os homens estão sujeitos a reproduzir os ditames das orientações políticas hegemônicas ou a delas extrair elementos para crítica e ressignificação dos sentidos do mundo.

Por isso, a articulação entre educação e o uso de drogas se mostra tão significativa e tão fundamental para ser levada à análise. Historicamente, o modelo de educação escolarizada, que se instaurou e consolidou em todo o mundo ocidental concomitante ao processo de formação dos estados nacionais, assumiu uma funcionalidade específica como parte das tecnologias de produção de sujeitos disciplinados e aptos para o trabalho. A educação institucionalizada investiu, desde seus primórdios, na utilidade e na docilidade de sujeitos dos quais as capacidades e os desejos deveriam convergir com o projeto de fortalecimento do Estado-Nação. Nesse projeto, o ideário foi o mesmo que empurrou para a ilegalidade todas aquelas substâncias psicoativas cujos usos eram estranhos à tradição cultural ocidental ou que se revelavam nocivos à produção de utilidade econômica e docilidade política, a condenação moral e a abstinência compulsória deram o tom do funcionamento da maquinaria escolar como tecnologia de controle de usos e usuários de drogas tornadas ilícitas, tecnologia esta que se fez operativa mediante uma lógica de prevenção, articulada de forma complementar às técnicas repressivas postas em funcionamento pelos dispositivos de segurança.

No entanto, se, historicamente, essa função de sujeição caracterizou a quase totalidade dos investimentos do campo educacional institucionalizado sobre os usos e os usuários de drogas tornadas ilícitas, sabemos que o universo de relações passíveis de se desenvolverem em torno do que possa ser chamado “educação” é muito vasto, de modo que práticas de governo, de condução de condutas, podem ser estabelecidas de modos bastante heterogêneos, com maior ou menor grau de autonomia, de governo dos sujeitos por si mesmos.

Nesse sentido, o campo educacional é sempre um espaço onde práticas de subjetivação as mais variadas estão sistematicamente ocorrendo, mediante movimentos estratégicos de captura e esquiva, dominação e liberdade, vida governada e governo de si. Desse modo, mapear de que formas os indivíduos estão sendo educados sobre drogas nos espaços escolares e não-escolares, constitui um desafio permanente para a pesquisa sobre essa temática e, ao mesmo tempo, um

---

desafio prático àqueles profissionais da educação que, no exercício do seu poder sobre seus alunos, seus colegas e sobre si mesmos, procuram jogar com o mínimo possível de dominação a fim de participarem da construção de relações mais autônomas dos sujeitos com as normas, equilibrando-se entre os instáveis condicionamentos e relações, mais ou menos impostas por nossa época e nossa cultura, entre liberdade e segurança, autonomia e responsabilidade.

Os artigos desse dossiê atuam na perspectiva da costura entre esses temas, consolidados historicamente, e tão reais e potentes hoje. Os textos se apresentam na dimensão da análise sobre o lugar das drogas nesse debate, de como se materializam nos discursos e práticas contemporâneas e por que tramas se estabelecem no campo educacional.

Sendo assim, iniciamos com o artigo de Marcos Veríssimo, “O ‘*mau aluno*’ é o futuro ‘*traficante*’? Apontamentos antropológicos sobre uma ‘profecia’ nas escolas públicas fluminenses”, que nos traz uma importante reflexão sobre os processos escolares de formação de identidade. A partir de apontamentos etnográficos, o autor narra o convívio, as inferências e interpretações do corpo técnico de uma escola da rede pública no Rio de Janeiro acerca da realidade de seus discentes, principalmente, no tocante à entrada para o tráfico de drogas. Seu texto abre muitas janelas de pensamento, tais como: alunos são protagonistas de um processo de formação cidadã ou arredios e fadados ao fracasso? A escola é um instrumento das políticas de consolidação da igualdade ou uma parte do *sistema* de atualização das desigualdades? Esses são alguns questionamentos levantados e trabalhados no texto de forma pujante.

No artigo “Apontamentos sobre o governo ético-político de usuários de maconha no Brasil”, Tiago Magalhães Ribeiro estabelece uma correlação analítica entre os escritos de médicos psiquiatras da primeira metade do século XX, ocupados em circunscrever padrões classificatórios aplicáveis aos usuários de maconha como doentes degenerados, com relatos atuais de usuários de maconha encontrados em uma comunidade virtual. Recorrendo à governamentalidade de Michel Foucault como ferramenta analítica, o autor procura analisar as racionalidades de controle desenvolvidas pelo aparato estatal e as formas de enfrentamentos dos usuários da droga ilícita mais consumida no mundo procurando compreender como esses problematizam tais políticas de controle e buscam estratégias de autogoverno. Destacando as práticas de contraconduta como necessariamente pertencentes ao marco político-cultural que as ensejam, compreende a perspectiva liberal da governamentalidade estatal, orientada às práticas ascéticas de regramento de condutas,

---

como insurgência eivada pelos argumentos hegemônicos estruturantes do sistema vigente, insensíveis às desigualdades sociais e aos paradoxos da cooptação às exigências do mercado. Contudo, observando a positividade das contracondutas à luz dos processos educativos intrínsecos à vida em sociedade, diluídos em diferentes instituições e espaços inter-relacionais, aposta na resistência dos processos de subjetivação operados pelos usuários de maconha quanto à possibilidade de instauração de outra ética a nortear essas experiências.

Maria Betânia Barbosa Albuquerque, em seu artigo intitulado “Beber Caium, rememorar e aprender entre os Tupinambá do Brasil Colonial” realiza uma reflexão sobre o uso de drogas a partir de um olhar histórico-cultural e, fundamentalmente, pedagógico. Analisa, assim, o consumo do *cauim* usado entre diversos grupos indígenas do Brasil colonial, em particular, os Tupinambás. É essa uma abordagem não tão explorada no campo da educação, tendo mais esteira na antropologia e história, com a qual a autora mostra que o campo da educação, em geral, quando pensa a questão das drogas tende a vê-la, igualmente, como um problema a ser combatido pela escola, mas que o uso de determinadas substâncias em sociedades tradicionais é central na formação de subjetividades, na circulação de saberes e construção de identidades, possuindo conotações espirituais e pedagógicas. A leitura do texto nos leva à compreensão dos processos culturais de socialização, para além dos saberes escolares, que têm sido em boa parte esquecidos pela pedagogia e precisa, por isso mesmo, ser enfrentados.

Em “Aqui não é uma comunidade terapêutica: entre a diversidade e normatividade em tratamentos com usuários abusivos de drogas”, Beatriz Brandão e Jonatas Carvalho propõem uma reflexão sobre o surgimento e a consolidação das Comunidades Terapêuticas (CT’s) como tecnologias de tratamento de usuários abusivos de drogas no Brasil, atentando especialmente para suas metodologias, pedagogias e disciplinas e para o processo histórico, os saberes e as relações de poder que tornaram possível a aparição dessa forma de definir e abordar a questão do uso abusivo de drogas no interior de um paradigma político proibicionista. O autor e a autora traçam uma genealogia das racionalidades e das práticas das quais derivaram os modelos adotados nas CT’s e confrontam esses achados com discursos e práticas coletados e observados em uma instituição específica, a qual tem sua maquinaria de sujeição descrita e analisada, de modo a se evidenciar como seu poder efetivamente funciona e que tipo de sujeito ele faz existir. A análise dessa instituição, cujos proprietários negam ser uma CT (com isso escapando à regulamentação

---

atualmente existente e possibilitando o desenvolvimento de práticas calcadas na religião e na fé, apresentadas como práticas terapêuticas), evidencia o vazio deixado pelo Estado em sua tentativa de normatização das instituições de atenção e tratamento de usuários abusivos de drogas, o que possibilita o surgimento de uma diversidade de instituições que se furtam à abordagem médico-legal e produzem, nesse espaço à margem da regulação oficial, formas de subjetivação e produções disciplinares específicas.

Em “O Metilfenidato, a escola e a cultura farmacológica contemporânea”, Carlos Torcato, a partir da questão atual do aumento vertiginoso das prescrições de metilfenidato (nomes comerciais: Ritalina, Concerta) para crianças e adolescentes em idade escolar, reconstitui aspectos centrais da história da cultura farmacológica ocidental. Nesse recorrido, o autor evidencia as transformações pelas quais passaram nossas formas de relação com a doença, o sofrimento, os fármacos, seus produtores e aqueles que estão autorizados a definir quem pode consumir as substâncias apresentadas como medicamentos. Ao reconstruir esse processo, que converge para um processo de medicalização da sociedade a partir da segunda metade do século XX, Torcato propõe instigantes reflexões acerca das problemáticas relações entre a medicina e a indústria farmacêutica, bem como acerca da historicidade das formas de gestão do ânimo em nossa cultura. Fixando uma leitura desse processo como análise dos embates entre forças diversas em busca da definição do que será concebido como saúde, cura, terapia (com os consequentes ganhos políticos e econômicos que são postos em jogo por esses embates), o autor nos convida a pensar nos possíveis papéis da escola na conformação de uma cultura farmacológica que, baseada em autonomia e racionalidade, seja capaz de se desvencilhar dos privilégios sociais e econômicos resultantes do aprofundamento do processo de medicalização da sociedade.

O artigo “Drogas e medicalização na escola: reflexões sobre um debate necessário”, dos autores Elaine Cristina de Oliveira, Rui Massato Harayama e Lygia de Sousa Viégas, evidencia as contradições das políticas de combate às drogas, particularmente álcool e tabaco, drogas lícitas, na escola e o crescente processo de prescrição de drogas psicotrópicas na educação, especialmente, a massificação do uso do metilfenidato e do clonazepam. Através do conceito de medicalização, os autores problematizam o tensionamento vivenciado na educação ao promover uma “drogadição autorizada oficialmente” que envolve tanto alunos quanto professores. Os primeiros, em razão do excesso de diagnósticos de supostos transtornos de comportamentos e os segundos, pelo excesso de

---

demanda psicológica e baixo apoio social. Distinguindo a medicalização das “patologização, psicologização, psiquiatrização e criminalização”, observam que, embora possuam afinidades, a medicalização imbrica-se à lógica da eficiência e do aproveitamento infanto-juvenil e docente no espaço escolar, cujo fim é o aprisionamento dos sujeitos através de normas morais de condutas e comportamentos. Convivendo com programas educativos de combate às drogas nas escolas, que condenam os usos recreativos das diferentes substâncias psicoativas, a medicalização invisibiliza as formas de uso de psicofármacos, distinguindo-os das demais substâncias, impedindo aprofundamento do debate. Com esse propósito foi criado o Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade, em 2012, e, desde então, tem atuado no cenário político como uma força da sociedade civil organizada, voltada à denúncia, debates e proposição de alternativas.

O artigo “Imaginário mafioso e educação antimáfia: uma pesquisa nas escolas italianas”, dos autores Francesca della Ratta-Rinaldi, Ludovica Ioppolo e Giuseppe Ricotta, traz-nos os resultados de pesquisas desenvolvidas com professores e alunos de escolas do ensino médio em duas regiões da Itália, Piemonte e Lombardia, entre os anos de 2011 e 2015. Tais regiões, ao norte da Itália, tradicionalmente não afetadas pela presença ostensiva de organizações mafiosas, vivem hoje o crescimento alarmante dessas organizações criminosas e estão no centro do debate público. Diante desse fato, os pesquisadores procuraram, através de pesquisa de caráter quantitativo/qualitativo comparativo, analisar como os alunos compreendem e representam a máfia e a antimáfia na Itália, a partir dos parâmetros de tratamento oferecidos a essas pela mídia e pela escola. No artigo, as drogas aparecem no quadro mais extenso das atividades criminosas relacionadas à máfia, ao lado da corrupção, jogos de azar, prostituição etc. e no quadro das ações violentas de crimes contra a pessoa (assaltos, roubos e assassinatos), constituindo um parâmetro relacional da análise empreendida. O destaque fica por conta das diferenças apontadas pela pesquisa quanto aos resultados da ação educativa oferecida pela escola, cuja consistência na consolidação de conhecimentos relativos à ação da antimáfia supera aqueles sobre a máfia, em sua maior parte obtidos através da mídia.

Em “Estratégias pedagógicas de abordagem às drogas: por onde anda a história da educação?”, Maria de Lourdes da Silva problematiza a escassez de produção, no campo da história da educação, de abordagens acerca das relações entre educação e uso de drogas. Reconstituindo aspectos da história desse campo, a autora tematiza a recorrente e persistente função normalizadora e disciplinar desempenhada pela educação nas sociedades ocidentais modernas e enfatiza como as

---

poucas abordagens existentes sobre drogas se limitam à repetição de um receituário “preventivista” oriundo do campo médico, notando-se uma quase ausência de reflexão própria consistente no campo educacional em torno da matéria. A partir dessa constatação, a autora enceta uma análise de dois slogans tradicionalmente utilizados em campanhas educativas de combate às drogas e de duas respostas paródicas comumente dadas a tais campanhas. Servindo-se de ferramentas teóricas construídas por Mikhail Bakhtin e por Hannah Arendt, Maria de Lourdes da Silva aponta o componente autoritário que viceja de forma subliminar nesse silenciamento do campo educacional acerca das drogas: enquanto simplesmente dizer “não às drogas” não configura um processo de educação, essas substâncias seguem circulando sem qualquer controle de qualidade, sem qualquer forma de proteção aos seus usuários e sem uma discussão aprofundada dos critérios necessários para se considerar “conhecimento” aquilo que se diz e se informa sobre drogas.

Complementando o presente dossiê, temos a resenha do professor Rafael Dantas Dias, sobre o livro *Quem Tem Medo de Falar sobre Drogas: saber mais para se proteger*, organizado pela professora Gilberta Acselrad em parceria com vários estudiosos da temática das drogas. O sociólogo e professor da rede pública do estado do Amapá oferece-nos sua leitura do livro e seu entendimento sobre as contribuições desse às ações escolares no trato da questão.

Na entrevista, concedida às professoras Maria de Lourdes da Silva e Gilberta Acselrad, a juíza aposentada Maria Lucia Karam fala-nos sobre os desafios da educação relativos ao tratamento do tema das drogas, especialmente, sobre os mitos quanto à descriminalização e legalização destas substâncias e a dura realidade da política de “guerra às drogas”.

Com isto, esperamos contribuir para a dissolução do tabu que envolve o tema das drogas no ambiente escolar.

Aos leitores da Revista Teias, boa leitura.